



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 43

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 29-09-2011

Aos vinte nove dias do mês de Setembro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Vítor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sésnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António Óscar Moreira Paulo, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada não se verificaram ausências.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, Vice-Presidente da Câmara Carlos Manuel da Silva Santos, e os Vereadores Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:00 horas), Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa e Helena Maria de Oliveira Dias Libório.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Ivar Jorge Alves Corceiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto e António Manuel Santos Salavessa.⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, David Paiva Martins, e João Alberto Simões Barbosa, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques Oliveira, Paula Sofia Gonçalves Ramos, e António Óscar Moreira Paulo

Os sucedâneos na lista de candidatura, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Celme Cristina de Jesus Tavares, apresentaram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [05](#)

Acta n.º 37 – Sessão Ordinária de Abril - 7.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e nove votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 38 – Sessão Ordinária de Junho - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 39 – Sessão Ordinária de Junho - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 40 – Sessão Ordinária de Junho - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 41 – Sessão Ordinária de Junho - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 42 – Sessão Extraordinária de Julho: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Concessão do uso privativo do Domínio Público Municipal – construção e exploração de estabelecimento de restauração e bebidas, no Parque da Baixa de Santo António;

Ponto 3. – EMA – Estádio Municipal de Aveiro, EEM – extinção;

Ponto 4. – Regulamento do Orçamento Participativo de Aveiro – aprovação;

Ponto 5. – Proposta de Recomendação – Inclusão do nome de José Neves Amado na toponímia da Cidade de Aveiro;

Ponto 6. – Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa:

(Entretanto deu entrada na sala o vogal Bruno Miguel Ribeiro Costa.)

De seguida, o Presidente da Mesa⁰⁶ nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra a munícipe Maria Gabriela Amorim Teixeira de Faria⁰⁷, residente na freguesia da Vera Cruz, veio expor um assunto relacionado com a nova regulamentação do trânsito na Urbanização Forca Vouga e do prejuízo que esta alteração acarreta para o comércio da zona.

Usou da palavra a munícipe Maria Leonor Lemos Santareno Azevedo de Brito⁰⁹, residente na freguesia da Vera Cruz, veio expor assunto sobre a colocação de Parcometros na zona urbanística da Urbanização Forca Vouga.

Usou da palavra o munícipe António Orlando Vieira⁰¹¹, residente na freguesia de Eixo, veio expor questões sobre necessidades da freguesia de Eixo, no âmbito das “Freguesias vêm à Assembleia”.

Usou da palavra a munícipe Isilda Maria Gonçalves Oliveira Esteves ⁰¹³, residente na freguesia de Eixo, veio expor questões sobre as potencialidades da freguesia de Eixo, no âmbito das “Freguesias vêm à Assembleia”.

De seguida o Presidente da Mesa⁰¹⁴ concedeu a palavra para esclarecimentos, à Câmara Municipal.

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Minhas Senhoras e meus Senhores muito boa-noite. Eu procurarei responder unicamente às duas cidadãs da Forca que aqui estiveram.

Devo dizer que gostei muito de as ouvir, que conheço o problema, que estive reunido com uma comissão de comerciantes (eu e o Sr. Presidente da Junta, e a Divisão de Trânsito) na última terça-feira. Ficámos de elaborar um estudo sobre o trânsito, sobre toda a movimentação, na zona da Forca. Prometemos às pessoas que estiveram connosco que procuraríamos corresponder às suas expectativas. Creio que assim fizemos. Não tivemos muito tempo mas o estudo está pronto. O Sr. Presidente da Junta já o viu e concorda, e os comerciantes vão ser chamados para serem expostas questões, para lhes ser apresentado o estudo e se corresponde aquilo que nos solicitaram e se corresponde às suas expectativas. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

“Ficámos a conhecer um pouco mais a vivência e a realidade da Freguesia de Eixo ao sermos confrontados, aqui, com um conjunto alargado de questões e de situações importantes que afectam a Freguesia. Como acontece em todas as comunidades há coisas excelentes, há coisas boas, há coisas menos boas e há, também, carências. E, naturalmente, Eixo também tem essas carências. Registámos aqui todas as questões que, quer o António Vieira, quer a Isilda Esteves,

nos trouxeram, questões já sobejamente apresentadas nas periódicas reuniões que temos com o Sr. Presidente da Junta e com a Junta de Freguesia. Vamos avaliar, vamos analisar e vamos procurar, dentro das possibilidades, sem fazer promessas, como aqui foi dito, procurar naquelas que sejam da nossa competência encontrar a melhor solução possível. Muito obrigado pela vossa participação.”

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Anileiro (CDS/PP)⁰¹⁸

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V.Exa., a distinta Mesa, a Câmara Municipal, em particular a Dra. Helena Libório residente em Eixo, Srs. Deputados.

Cabe aqui uma palavra de concordância com os cidadãos que usaram da palavra relativamente à Freguesia de Eixo, mas primeiro gostava de convidar todos os presentes a visitar uma simples exposição fotográfica que fizemos e onde se podem ver pormenores da vida actual e passada de Eixo.

Eixo caminha para os novecentos e oitenta anos de registo escrito, sendo quase tão antiga, formalmente, como Aveiro.

Eixo tem passado por períodos altos e baixos, relacionados com as condições e as pessoas que estiveram nos seus destinos.

As pessoas que usaram da palavra, tanto o António Vieira como a Isilda, referiram algumas das preocupações que nós temos. Algumas tangíveis outras não tanto.

Quanto à questão viária devo dizer que continuamos presos, por mais algum tempo, não sabemos quanto mas as condições não serão as melhores, da velha nacional 230 que atravessa toda a Freguesia. O projecto do eixo estruturante Aveiro – Águeda, permitam-me a expressão, foi “metido na gaveta”, no conjunto de obras que foram suspensas.

A variante a Eixo, já prometida, continua condicionada e cada vez mais à expansão urbana que há uns anos foi um tanto desordenada, mas cada vez mais torna difícil a execução de tal via.

Quanto às outras deficiências apontadas, algumas são passíveis de serem resolvidas, outras não tanto. A questão da Unidade de Saúde é um problema grave, é um problema que tem contornos delicados, nomeadamente no que diz respeito à população mais desfavorecida, que não tem condições de mobilidade ou financeiras para recorrer a outros meios de saúde. O que é um facto é que a Instituição da Saúde não consegue resolver o problema por questões administrativas e de funcionamento no que diz respeito à colocação de médicos.

Os asphaltamentos que estão incompletos resultam da falta de fluxos financeiros para se poder assumir os compromissos com o empreiteiro. É uma situação que pensamos resolver rapidamente, embora não dependa totalmente de nós.

Uma questão que andou na imprensa e à qual muita gente se referiu, foi a questão dos cepos numa rua em Azurva: na Rua Alexandre Oneil. É uma situação que ainda não está resolvida e, lamentavelmente, tarda em ser resolvida. É uma questão que é velha e eu até penso que existe por todo o concelho, mas existe especialmente em Eixo: Vila de Eixo e Azurva.

Há uns vinte ou trinta anos plantaram-se árvores de espécies inapropriadas. E essas árvores, hoje, estão-nos a dar problemas. As raízes danificam os pisos, levantam a pedra do chão, infiltram-se nas propriedades — é um problema muito delicado!

O problema da Rua Alexandre Oneil significa que (e temos de dizer isto) houve alguma inércia de quem tinha que resolver o problema.

Mas o que é facto é que as pessoas também têm uma série de condicionantes para trabalhar — eu acompanhei esse problema: é que as raízes em determinados pontos daquele arruamento conflituam com gás, com cabos telefónicos, com água, com todos os meios modernos. As raízes estão todas infiltradas e é extremamente difícil arrancar aqueles cepos. Esperemos que seja rapidamente resolvido esse problema.

A questão dos CTT é uma questão que já foi aqui conversada e é um problema que ainda não está resolvido. Os CTT no âmbito de um conjunto de medidas que passam, ou que irão passar, pela privatização estão a tentar aliciar as juntas a ficarem com esse tipo de serviço, os serviços que não lhes interessam, naturalmente, porque dos outros eles não abdicam. É uma situação que estamos a vigiar. Alguma solução havemos de encontrar.

Queria agradecer as intervenções dos meus conterrâneos e peço, no que for possível, que a Câmara possa dar andamento às questões levantadas. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁹

Vogal António Melo (BE)⁰²⁰

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP)⁰²¹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²³

Presidente da Mesa⁰²⁴

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:⁰²⁵

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰²⁶

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

“Antes de mais boa-noite a todos. Gostava só de fazer um ponto prévio para subscrever aqui as preocupações do deputado do PCP.

Também não é a primeira vez, já tivemos oportunidade de o fazer. E outro ponto prévio também para esclarecer que em relação à intervenção do meu colega, eu percebo o incómodo do PSD quando se começa a falar em pórticos e nas promessas do Ulisses Pereira — mas tem tudo a ver com mobilidade.

Quando em Aveiro temos mais estacionamento pago, temos transporte mais caros, e temos pórticos que estão a aumentar o tráfego na nacional 109 e que há estudos recentes que indicam que há um aumento de 300% na poluição naquelas áreas — tem tudo a ver com mobilidade, tem tudo a ver com economia. E, portanto, nesse sentido eu sei que é desagradável mas têm de ouvir, a democracia é assim.

E aquilo que eu me propunha falar mais concretamente era sobre a reforma administrativa e sobre o documento verde que foi avançado.

O debate até agora, estranhamente, não tem surgido naqueles que são os principais visados desta reforma, que são as autarquias locais. E sobre as freguesias não posso falar, mas sei que nesta altura, aqui pelo menos o debate não se tem aprofundado muito. No entanto é curioso ver que curiosamente o Presidente da Anafre, que todos conhecem, é o colega Armando Vieira, tem tomado posições até relativamente, direi, de alguma resistência em relação a estas transformações nas freguesias. E fala-se mesmo numa redução de 1.200 freguesias. E eu pergunto: – vão-se reduzir 1200 freguesias, qual é o critério?

Ou seja o documento verde apresenta-se como estudo, mas já tem um resultado em vista!?

Na realidade aquilo que está a acontecer é uma reformulação do mapa à força. E depois é um estudo que não é um estudo, portanto há já um projecto e é para avançar.

Outra questão curiosa que é apresentada no documento verde é a proposta ou a intenção de implementação de Orçamentos Base Zero a nível municipal. É curioso que este documento é feito por uma coligação de direita e também é curioso que o Orçamento Base Zero já tinha passado por aqui, onde há uma maioria também de coligação direita, mas está exactamente nas mesmas cores desse Orçamento Base Zero, e simplesmente tenha sido rejeitado.

Portanto esta proposta se não vier do executivo, virá novamente do BE. E agora que a nível nacional vem a proposta com outros olhos, pode ser que aqui a nível local também façam essa reflexão. E a questão que eu acho importante é saber tendo em conta que está agendada a discussão para os meses de Novembro e Janeiro, nas Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, qual é a posição que vai sair daqui e se vai sair alguma posição ou se nos vamos refugiar naquela posição cómoda de que há decisões que vêm lá de Lisboa e não temos nada a ver com elas. Temos tudo a ver com elas e era bom que saísse daqui uma posição minimamente confluyente.”

Vogal Maria Inês Mineiro (CDS)⁰²⁸

Vogal António Paulo (PS)⁰²⁹

Vogal José António Vieira (PPD/PSD)⁰³⁰

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³¹

Presidente da Mesa:⁰³²

“Permitam-me apenas o registo, de certo modo pessoal. Provavelmente esta notícia da linha Aveiro/Salamanca em comboio de velocidade alta (VA) que é diferente de TGV, este comboio de velocidade alta, de uso misto, mercadorias e passageiros, entre Aveiro/Irún, mais que Aveiro/Salamanca, é provavelmente a melhor notícia que Aveiro poderia receber depois da abertura da Barra pelo facto de ser decisivo e estratégico.

E se há questão que não merece a partidarização é esta mesmo! E um segundo registo pessoal que gostaria de fazer: é que nós em seis de Dezembro de dois mil e cinco, fizemos na sede desta Assembleia Municipal uma cimeira Luso-Espanhola em defesa da prioridade do comboio AV Aveiro/Irún, em que alguns dos Srs. deputados estiveram presentes. E num dia inteiro, num sábado, chamou-se os melhores técnicos nacionais — que se seguiu à terceira cimeira sobre este assunto. Isto é, a cimeira da Figueira-da-Foz periodizou Aveiro/Salamanca, e a de Évora confirmou, e a de Madrid (que foi uns meses antes do início do nosso primeiro mandato) colocou a nível terciário a opção Aveiro/Salamanca.

E nós tivemos aqui no edifício sede da Assembleia Municipal os melhores técnicos nacionais que, já então, contra a decisão da terceira cimeira Luso-Espanhola, defendiam a prioridade nacional a Aveiro/Salamanca.

Ao fim deste tempo todo chegar a Aveiro esta notícia tão estratégica e tão decisiva para o próximo século em Aveiro, deverá merecer de todos nós não questões partidárias, mas questões transversais de sabermos assumir o desafio que nos está a ser entregue pela Administração Central. Permitam-me apenas este apontamento.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰³³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰³⁴

Presidente da Mesa⁰³⁵

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰³⁷

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS)⁰³⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

“Boa noite a todos. Ex.mo Sr. Presidente da Mesa, Srs. Digníssimos Secretários, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores do Executivo, diga-se do PSD e do CDS, Srs. Vereadores da Oposição do PS — e Srs. Vereadores que representam alguém, que não me vem à memória!?”

Hoje, no PAOD, optei por me referir a um tema da agenda política nacional, e que para nós aveirenses após a sua concretização será claramente uma mais-valia e que é também o reconhecimento de Aveiro como porta de entrada. Porque não dizê-lo: uma certa centralidade europeia.

Na segunda-feira passada, num programa televisivo, fomos prendados com a boa nova dada pelo Sr. ministro da Economia de que o Estado português e este Governo tinham optado por não avançar com o famigerado e utópico TGV.

Este Governo tinha estudado o assunto e tinha optado pela solução de construir duas linhas ferroviárias rápidas de passageiros e mercadorias. Uma partindo de Sines e outra (a nossa) partindo de Aveiro para Salamanca, com ligação a partir daí a Madrid e ao centro da Europa. Linhas ferroviárias estas construídas em bitola europeia que diminuem os custos de transporte entre Portugal e Europa pois ultrapassa assim os constrangimentos e custos acrescidos da bitola ibérica que obrigava a que as mercadorias em Espanha a mudarem de comboio para a bitola europeia, com os acréscimos de custos daí advindos.

Referir também a opção do Governo, pois, como sabemos, esta ligação a norte de Lisboa tinha várias opções portuárias, também elas importantes. Com esta opção, opção por Aveiro, o nosso porto e esta linha ferroviária ficam com uma grande e única ligação do centro e norte de Portugal a Espanha e a toda a Europa.

Segundo o actual Administrador do Porto de Aveiro, esta estrutura anunciada pelo ministro da economia abre uma nova era do sector da logística portuária e dos transportes a partir de Aveiro. Segundo o mesmo administrador é um avanço que encaixa nos projectos desenvolvidos no Porto de Aveiro, com reflexo na vida das empresas da península ibérica.

Nesta Assembleia quero congratular-me com esta medida tomada pelo Governo, agradecendo, desde já, ao ministro da Economia. Agradecendo-lhe não por ter estado por Aveiro, mas sim por este Governo ter reconhecido a Aveiro, ao Porto de Aveiro e a toda esta Região, uma capacidade para sermos a porta da Europa acima de Lisboa que sempre ansiámos ser mas que nunca conseguimos que nos reconhecessem.

Desejava também referir-me à nomeação da deputada desta Assembleia pelo Partido Socialista, Celina França, como directora do Centro Respostas Integradas de Aveiro, da Delegação Regional do Centro do Instituto da Droga e da Toxicodependência. E desejava referir-me a esta nomeação desejando à Ex.ma Sra. Deputada do Partido Socialista um excelente trabalho no desempenho das suas funções e que, mesmo com os actuais constrangimentos económico-financeiros, seja capaz, com as directrizes imanadas do governo e, espero, com o seu grau de responsabilidade e que com elas concorde, e que no tocante a respostas sociais consiga agora mais do que conseguiu num passado recente. Um bom trabalho sob as orientações políticas e programáticas do Governos PSD-CDS é o que eu, em termos pessoais, e esta bancada em termos políticos, lhe desejamos: um bom trabalho.”

Presidente da Mesa⁰⁴¹

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Fernandes: - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁴²

“Pela segunda vez neste plenário e neste colégio municipal, tenho de usar da palavra para defender a minha honra pessoal.

Sr. Presidente, eu há pouco questionava-o se tinha ouvido a intervenção que foi proferida pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Prior!? E, por isso, quero aqui recordar as palavras que foram proferidas na sua declaração no cumprimento que dirigiu ao Executivo ou aos Vereadores.

Eu não reconheço no Sr. Deputado qualquer legitimidade, nem autoridade moral, para pôr em causa quem eu represento ou deixo de representar.

Se o Sr. soubesse o que é que esta instituição Câmara Municipal representada saberia que são os aveirenses.

Eu peço-lhe, em respeito pela honra dos aveirenses que participaram no último acto eleitoral democrático, que não volte a declarar o que declarou. Fica-lhe mal e o Sr. presta um mau serviço à democracia local.”

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[043](#)

“O protesto é evidentemente um protesto político. O Presidente não pode a todo o momento estar a interromper! Não consegue estar atento a tudo e as palavras vão sendo ditas à frente — e por isso não sendo da responsabilidade da Mesa. Mas de qualquer forma, pela forma como o Partido Social Democrata, pela voz do seu deputado Manuel Prior se dirigiu ao Executivo é evidente que a defesa da honra já foi feita, mas quero aqui lembrar, em nome do Partido Socialista, independentemente de todas as disputas partidárias que possam existir internamente (que ao PS não dizem respeito) que não é forma de tratar os vereadores eleitos democraticamente para este Executivo.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[044](#)

“O motivo do protesto é rigorosamente o mesmo. É só para recordar e reforçar esta posição de que qualquer membro eleito que esteja nesta sala representa aveirenses. Nada mais que isso.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“Brevemente. A primeira parte, eu não vou teimar da minha interpretação do regimento que me parece evidente, até porque os outros meus colegas decidiram não se pronunciar, mas estou convencido que tenho razão. De toda a maneira, sobre o enquadramento que foi dado neste período específico, lembrar, em relação ao TGV, duas ou três notas sem me tentar repetir.

Primeiro, que o PS não pretendeu tirar qualquer dividendo político. A grande questão é que o dividendo político foi tentado retirar pelo Governo na altura em que se opôs. E depois, que isto é meramente uma questão de semântica, porque se não fosse assim os Fundos não seriam os mesmos e são os mesmo fundos a que se vai concorrer. Exactamente o que está em causa foi o que o PS sempre defendeu que era tudo uma questão de Fundos.

O PS não vai fazer nenhuma arenga sobre isto, nem do ponto de vista nacional e muito menos do ponto de vista regional, que como é evidente, tem uma importância estratégica. E subscreve em absoluto as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal que foram ditas na perfeição.

Apenas e só para dizer que este investimento é estratégico... talvez o Prof. Manuel António Coimbra não concorde porque ele dizia há uns tempos atrás, que não passavam comboios naquela linha do porto. Mas parece evidente a importância estratégica deste investimento. Portanto o PS tem esta postura clara, quer local, quer nacional, de sublinhar as propostas do Governo quando elas são boas, e fiscalizar, estar atento e criticar quando elas não têm a validade merecida.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Senhor Presidente. Fui citado e mal citado e por isso, se fizesse o favor, para eu esclarecer ao meu amigo Pedro Pires da Rosa porque não foi essa a afirmação.

Eu quando me referi... É um protesto pela forma abusiva, Senhor Presidente!?

O Sr. Presidente gosta de criar factos. Mas se quer eu tomo esta posição de protesto. Não era isso que eu queria. Mas o Sr. Presidente gosta que eu eleve a voz então eu elevo a voz para então protestar pela forma abusiva como o meu colega de Assembleia Pedro Pires da Rosa referiu aqui palavras que eu na realidade nunca disse ou ideias que eu na realidade nunca tive.

Aquilo a que me referi em determinada altura, no que diz respeito ao transporte ferroviário de e para o Porto de Aveiro, foi que nunca tinha visto passar nenhum comboio. E, por isso, perguntava se aquela linha estava a ser utilizada ou não. Porque se não estivesse era um prejuízo muito grande. Foi só isto. E por isso não há aqui mais nenhuma valorização ou desvalorização da obra que foi feita. É só para ficar este esclarecimento. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁷

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“O processo teve muitas inflexões. E sobre este assunto houve muita gente e ainda há a falar — apesar dos conhecimentos técnicos e devidamente analisados os estudos. E muitas vezes há uns políticos, e não são só os actuais, também há alguns anteriores que falam por falar.

Mas de facto eu estive no processo desde o princípio. Quando se fala numa linha de alta velocidade não é um TGV. Aliás, a linha que se quer construir é uma linha de alta velocidade. Ou seja, uma linha que permita comboios de passageiros a uma velocidade acima do normal. Podem não ser de trezentos quilómetros, mas podem ser os duzentos e trinta. O problema é que é incompatível ter uma linha de TGV a funcionar com comboios de mercadorias, mas não é incompatível com alta velocidade. O problema é que os custos com o material são de tal forma elevados e os riscos de segurança (descarrilamento e perda de cargas) são de tal forma grandes que não podem ser utilizados.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁴⁹

“Um pedido de esclarecimento. Caro colega, companheiro e amigo, eu tenho uma questão para lhe colocar: permita-me só quinze segundos para a formular e a contextualizar. «Portugal estará em condições de fixar uma data para a conclusão da linha de alta velocidade entre Aveiro e Salamanca, na cimeira luso-espanhola no final do ano»... data, seis de Maio de dois mil e nove. Ligação Aveiro/Salamanca em TGV. O anúncio foi feito pelo Ministro das Obras Públicas Mário Linho. O Sr. continua a desmentir que não estava prevista a criação de um TGV entre Aveiro/Salamanca?”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁵⁰

Vogal António Neto (BE)⁰⁵¹

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

“Muito Obrigado, Sr. Presidente. O que eu queria falar era sobre a maravilhosa, a novidade, notícia sobre o TGV Aveiro-Salamanca.

Sabemos que hoje em dia dadas as contingências que existem a nível económicas, os transportes mais baratos e económicos são os transportes marítimos e ferroviários.

Esta linha vai, portanto, interligar estes dois sectores e que nos vai colocar numa posição superior e com uma posição internacional bastante grande. Tanto nas mercadorias que virão e irão para Espanha e que terão ligação ao Porto de Aveiro, beneficiando das obras de

ampliação do Porto de Aveiro, facilitando as exportações para outros países, por exemplo dos continentes africano e americano. De notar que as obras de ampliação permitirão o acesso de navios de grande porte ao Porto de Aveiro, com mais de duzentos metros de comprimento. É realmente uma das melhores notícias que podíamos receber e todos temos que estar unidos quanto a isto.

É uma forma de Aveiro, finalmente, se impor. Aveiro pode, mais uma vez, ficar no mapa a nível mundial. É, portanto, uma situação que temos de valorizar e que temos de aceitar.

Por outro lado, podemos resolver outro problema. Podemos reduzir o tráfego de pesados na auto-estrada, o que poderá levar o Governo a pensar que as SCTU vão dar prejuízo e poder terminar com as portagens. Eu acho que, de uma forma ou outra, isto são boas notícias.

Eu sei que o Partido Socialista pensou nesta linha e mas meteu-a na gaveta. E este Governo aproveitou as ideias válidas. E é assim que se deve proceder na democracia e na política, é aproveitar as ideias válidas dos anteriores, se realmente são válidas e positivas vamos avançar com elas e pô-las em prática e no terreno.

As verbas são as mesmas, ou melhor, são as mesmas mas conseguimos canalizar as verbas de um projecto utópico para fazer uma coisa que vai colocar Aveiro no mapa mundial.

Outro assunto que eu queria falar, só para terminar. Este Governo, realmente, está a trabalhar bem. Nos cem dias que teve já fez muita coisa. Por exemplo, hoje em dia tirar o visto para Angola, e eu estou a dizer isto porque em Aveiro temos muitos trabalhadores e muitas empresas que estão a investir em Angola e nas antigas províncias, que demoravam três, quatro, cinco e seis meses para tirar o visto. Hoje em dia esses tempos diminuíram bastante. É uma situação que eu acho que este Governo está a trabalhar bem. Para além de terem acabado com os Governos Cívicos, e muito bem, já que dantes tinham vinte e cinco locais para tirarem o passaporte e agora têm trezentos e tais lugares para tirarem o passaporte. É mais uma nota positiva para este Governo. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁵³

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰⁵⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁵

“Muito obrigado Sr. Presidente. Boa noite a todos. Queria fazer um simples apontamento. Não é que a notícia seja feliz, mas não queria deixar passar em branco. Tem a importância que tem, mas tem uma importância para além de política, simbólica. Tem a ver com a suspensão dos prémios atribuídos pelo Governo aos melhores alunos.

É um sinal péssimo de quando o pragmatismo e economicismo se sobrepõem a tudo o resto. Ou seja, nós andamos com um discurso de valorização, de pedagogia, do ensino da aprendizagem do empenho, etc., durante anos a fio. Criam-se determinados incentivos, e que são simbólicos porque estamos a falar de quinhentos euros, não estamos a falar de ninguém que iria enriquecer com um prémio de quinhentos euros. E depois três dias antes, quando está marcada uma cerimónia para os alunos receberem os prémios, quando estão as escolas com eventos marcados, pais, encarregados de educação, alunos, familiares, todos convidados para uma cerimónia, eis que o pragmatismo economicista, e a cegueira economicista de um governo, faz com que tudo se invalide. Imagino a frustração que via na cabeça daqueles jovens. Portanto, gostava que corroborassem esta ideia. Não queria deixar passar em branco esta infeliz notícia e esta decisão do Governo. Obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁵⁶

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi⁰⁵⁷ distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁸

De seguida usaram da palavra os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁶⁰

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶¹

Vogal Maria Inês Mineiro (CDS)⁰⁶²

Vogal António Óscar Paulo (PS)⁰⁶³

Vogal António Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁴

“Obrigado Senhor Presidente. Começaria por completar a intervenção do Senhor Deputado Olinto Ravara sobre os Censos de 2011. É facto que o Concelho de Aveiro foi o que teve maior crescimento.

Mas aqui também queria deixar uma nota de relevo para a freguesia de São Bernardo, porque foi a freguesia de São Bernardo que no Concelho de Aveiro maior percentagem de aumento conseguiu na questão da população e habitação.

Segundo ponto, refere-se à Escola Primária de São Bernardo. E aqui gostaríamos de fazer um pequeno relato resumidamente sobre a história e sobre um passado recente.

A Escola de São Bernardo tem tido um problema de ampliação e reconstrução já de há muitos anos.

No anterior executivo camarário, na única visita que fez à freguesia de São Bernardo (e aqui gostava de lembrar a algumas pessoas que na altura faziam parte) foi prometido um arranjo nessa visita que o anterior executivo promoveu à freguesia de São Bernardo depois de analisar a situação da escola que ia a caminho dos seus 50 anos. Havia necessidade absoluta de uma requalificação ou pelo menos um arranjo. E na altura, depois de analisarem, o executivo de então prometeu que para São Bernardo tinham que ser completadas ou feitas ou realizadas duas escolas primárias, nomeadamente uma na zona da beira desportiva e outra na zona da EB2/3 de São Bernardo.

Esta oferta, quando ela apareceu, claro que foi com bastante satisfação. Mas quando a oferta é muita e a freguesia é pobre, ou seja, o pobre desconfia! Mais à frente, tivemos conhecimento de um estudo que estava a ser promovido pela Câmara de então para a zona central de São Bernardo onde incluía a escola primária. Quando nos apercebemos ou tivemos conhecimento desse estudo, a escola primária estava abatida naquele local e iria ser construída habitação. Após este conhecimento, opusemo-nos, não concordámos com essa situação. Concordávamos sim que, existissem as escolas, o que para nós era impensável porque na altura em que já sabíamos que a Câmara estava com dificuldades financeiras, onde é que a Câmara teria hipótese de construir duas escolas em São Bernardo de raiz? Primeiro porque não tinha

terrenos. Segundo porque para adquirir os terrenos era complicado em São Bernardo, todos eles tinham os seus proprietários. Segundo, o custo que iria ter a construção dessas duas escolas. E aí opusemo-nos e também queríamos sim que aquele prédio, aquele imóvel que existe, agora já fez mais de 50 anos, que ficasse perpétuo para a freguesia, porque tinha a sua história.

Tivemos os problemas que tivemos com a Câmara de então, nomeadamente com outros casos, mas para agora não são referidos ou não devem ser aqui referidos e então lutámos para que aquela escola fosse ampliada e requalificada, porque tinha terreno próprio, tinha uma expansão própria para a sua ampliação.

Após esses tempos, passaram e felizmente que continuamos a debater este caso e felizmente (repito) esta Câmara Municipal concordou com a ampliação e a requalificação da Escola de São Bernardo, escola primária de então e agora centro de estudos de São Bernardo.

Isto é só para dar uma resenha e uma história daquilo que se passou. De seguida passo a ler o texto, que irá ficar registado para a eternidade, mas porém queria dar conhecimento em primeira mão a todos os presentes.

Centro Educativo de São Bernardo, antiga Escola Primária de São Bernardo, por onde passaram tantas gerações após os seus 54 anos de existência, encontra-se devidamente requalificada e ampliada com as valências anteriormente anunciadas. São Bernardo fica mais opulento a nível educativo, completando-se com instalações dignas na freguesia que somos. Após muitas contrariedades, muitas especulações, o objectivo foi conseguido, e no dia 26 de Setembro de 2011, há quatro dias atrás, a escola abriu as suas novas portas para acolhimento de 248 crianças.

São Bernardo, uma vez mais demonstrou ser uma força associativa digna de registo. Expressamos um aclamado reconhecimento ao Agrupamento de Escolas de São Bernardo, através dos seus órgãos directivos, docentes e auxiliares, apelando que preservem os seus dotes de excelência educativa que lhes são reconhecidos e aplaudidos.

Apraz-nos também registar com nota altamente positiva, a todos aqueles que acreditaram e que tudo fizeram para que a escola no dia 26 de Setembro de 2011 estivesse com as condições exigidas e de segurança, para receber todos os alunos da freguesia de São Bernardo, bem como alguns das vizinhas. Queremos publicamente registar com uma nota alta a disponibilidade, o empenho, que a actual Câmara Municipal de Aveiro disponibilizou para a concretização desta valência escolar para a freguesia. O registo de reconhecimento ao Agrupamento de Escolas de São Bernardo, na pessoa da Dr.ª Glória Leite, bem como todos os professores e auxiliares que na Sexta-feira, Sábado e Domingo, antecedendo-se ao dia 26 domingo, não regatearam esforços para que a abertura no dia 26 de Setembro de 2011 fosse realidade.

À Direcção da Associação de Pais da Escola EBI de São Bernardo, por isso também disponibilizou a sua colaboração. À Empresa responsável pela obra, na pessoa do Eng.º Alexandre e seus pares que foram inxcedíveis. Para finalizar uma nota final.

Registamos negativamente, repito, registamos negativamente, a atitude da Comunicação Social escrita e diária que compareceu no local na antevéspera e véspera do dia 26 de Setembro de 2011, pactuando com a informação negativa.

No dia 26 de Setembro de 2011, Segunda-feira, na abertura das aulas simplesmente não esteve presente. Nem tão pouco ditou uma letra sobre a abertura deste Centro Escolar de São Bernardo!?

Mas enfim, a freguesia de São Bernardo sente-se feliz pela valência educativa que a partir de agora pode disponibilizar em proveito de uma melhor educação. Disse. Obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁶⁴

Vogal António Vieira (PPD/PSD)⁰⁶⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁶⁷

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁶⁸

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶⁹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁷⁰

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷¹

“Eu fazia um pedido de esclarecimento, que é o seguinte: O Senhor Presidente da Junta e muito bem, congratula-se como todos nós com a grande plataforma logística que pode ser no futuro a plataforma logística de Cacia/Esgueira, enfim! Mas acontece que existia responsabilidades da Câmara para reservar terrenos para essa plataforma logística. Responsabilidades que não foram cumpridas na sua primeira fase!

E eu gostaria de saber e é a pergunta que estou a pôr ao Senhor Presidente, se estão a ser envidados esforços pela Junta de Freguesia efectivamente, conjuntamente com a Câmara, para serem reservados os terrenos que estava acordado reservar para essa plataforma logística desde o princípio? Já que obviamente a plataforma logística que está construída é apenas uma primeira fase e no caso de ser construído o troço de alta velocidade para Salamanca/Hendaya/Irun é manifestamente pequena. É manifestante pequena! Há documentos assinados, há responsabilidades assinadas? Gostava de saber se estão obviamente a cumprir a vossa parte?”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁷²

“Obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado, naturalmente que a primeira parte como disse está reservada, não está edificada. E eu estou aqui a meter a foice em seara alheia porque Cacia tem o espaço de Cacia (é uma zona industrial), portanto a zona onde entra junto à Cacia Renault portanto já é zona industrial. A preocupação é outro espaço e é outro espaço, como ainda há pouco estive a falar com a Presidente de Esgueira, não é o de Cacia.

Mas eu penso que não estará ainda reservado para zona de serviços, zona de serviços para a ampliação desta estação. Daí o alerta que eu levantei de a Câmara avançar com isto. Também será plausível que a Câmara não tenha avançado porque como vossa excelência sabe este processo relativamente a Aveiro/Salamanca, andou por aqui, começou por ser um eixo prioritário, deixou de ser prioritário da primeira. Depois passou para segunda, depois passou para terceiro e deixou-se de ouvir falar daquilo e houveram governantes anteriores que objectivamente e sobretudo o Eng.º José Sócrates falava muito nisso, se viraram só para Sines/Badajoz. Como vossa excelência sabe. Portanto se não estão cativados os terrenos e isto não é na minha freguesia naturalmente, pelo menos a grande parte não é cativados é comprados. O compromisso que há é comprar. Obrigado.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS)⁰⁷³

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁴

“Boa-noite novamente. Cumprimentos a todos. Há pouco esqueci-me dos cumprimentos porque regressamos todos deste período intercalar, férias para alguns, trabalho para outros, mas pronto este período intercalar. Bom, eu tenho aqui alguns assuntos para realçar e começo desde já pela questão dos Centros Escolares, folgo e acho importante que o Centro Escolar de São Bernardo já esteja a avançar. E avançar completamente e que, o objectivo é assim, uma pessoa tem de ser pragmático. O objectivo é ter o Centro Escolar pronto, a funcionar, ponto final. Se está a funcionar está óptimo, é uma boa ajuda, é importante para a freguesia de São Bernardo, eventualmente para mais crianças das freguesias limítrofes, é importante para Aveiro e para o município, o facto é que ele está lá, vê-se e foi construído.

Segundo, a questão relacionada com as Unidades de Saúde e a aprovação de projectos e abertura dos respectivos concursos públicos, nomeadamente para Cacia/Esgueira.

Fundamental é cada vez mais importante que essas populações que vinham a ser digamos, não direi esquecidas, mas não tinham os seus Centros de Saúde, é fundamental que elas sintam o apoio deste município na concretização dos projectos e na realização dos seus anseios num aspecto importante da vida de todas as pessoas quanto é a saúde.

Vou falar agora dos censos de 2001, porque ele aparece na Comunicação do Senhor Presidente e não antes e portanto isto deverá querer dizer, (este aumento populacional) alguma coisa e estes 5.126 novos residentes pelo que nos indicam, indica de facto a atractividade do concelho e isto é importante. Poderá haver aqui assim também outros aspectos que obviamente com a Universidade tem muita importância também para este tipo de situação, ou a Universidade de Aveiro é um pólo aglutinador e centralizador, mas significa também e ressaltando já outros estudos que têm vindo a ser feitos, que regra geral os inquéritos que têm vindo a ser feitos, realçam a boa qualidade de vida que o concelho aveirense tem demonstrado nesses estudos e sendo assim é importante que isso continue, não significa que com isto vamos ficar parados, podemos obviamente continuar e melhorar cada vez mais. Um outro ponto que tenho aqui para falar é o aproveitamento e acho isto importantíssimo, acho que se deve dar os parabéns à equipa que está na Câmara com este trabalho, um esforço importante no satf que está a procurar projectos e a tentar encontrar participações financeiras e programas nacionais e estrangeiros. Eu costumo dizer que quem não tem cão caça com gato e de facto é importantíssimo encontrar projectos que tenham financiamento, alto financiamento, participação, e isso tem vindo a ser feito no interesse de Aveiro e no interesse dos municípios aveirenses. Eu acho que isso é um aspecto fundamental para a política e também aproveitando obviamente aquilo que for estrategicamente importante para a estratégia de Aveiro.

Dois últimos assuntos prendem-se com o seguinte. Tem a ver com a questão da AdRA, que já veio aqui falado. Eu julgo que terá sido nesta Assembleia, o PSD na altura fez uma comunicação sobre isso nesta Assembleia, solicitou que após algum tempo, seis meses, acho que foi esse, seis meses um ano, que gostaríamos de obter da parte da AdRA um relatório sobre os custos que os municípios, um relatório basicamente comparativo sobre os custos que os municípios estavam a pagar antes e o que estão a pagar actualmente. De facto é uma das situações que nos preocupa e que nós gostaríamos de ver reflectido e analisado e se possível, se de facto se chegar a conclusões que sejam (eu vou dizer assim no mínimo) interessantes e menos justas para os municípios aveirenses, que devem ser de facto corrigidas. O que é um facto é que a indexação das várias rubricas que aparecem na conta da água, leva a que o custo da água seja substancialmente inferior ao valor global de facto de todas as indexações que lá são colocadas. Portanto é um assunto que se tem de ver com urgência, porque é uma situação que nos parece que possa estar a descambar e que nós não gostaríamos de ver repercutida e continuar a ser assim. Finalmente o assunto que eu há pouco gostaria de abordar, tem a ver com o Teatro Aveirense, a TEMA e para informar como representante desta Assembleia junto do conselho geral, que o conselho geral foi endossado, reuniu pela primeira vez há cerca de uma semana, semana e pouco mais ou menos, duas semanas quase, estiveram presentes várias pessoas e portanto estou a comunicar. Também aproveitava para comunicar à Assembleia, como é minha função e meu dever, que foi-nos apresentado o novo consultor artístico do Teatro Daniel Tércio, que nos esteve a expor alguma da sua estratégia também que ele tem para o Teatro Aveirense e para a organização e optimização dos recursos artísticos que existem. Nós na altura expusemos cada um dos elementos desse conselho, expôs as suas opiniões, tentando parece-me a mim, de qualquer forma eu vou exprimir aquilo, a soma do que me pareceu, tentar haver tanto quanto possível, um equilíbrio entre de facto (falarei assim) de pura cultura e a cultura mais popular se sê poder chamar assim pronto. Foi um pouco isso e acho que está assente que de facto, pelo menos pareceu-nos que a pessoa que foi indigitada para o cargo, escolhida para o cargo tem as competências para fazer um

excelente trabalho, queira ele e queremos todos nós também participar na ajuda que o Teatro Aveirense e a cultura em Aveiro necessita. Disse.”

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰⁷⁵

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁷⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁷⁷

De seguida o Presidente da Mesa em exercício colocou à votação⁰⁷⁹ do plenário a continuidade dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando oposição.

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD)⁰⁸⁰

Vogal Maria Celina França (PS)⁰⁸¹

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸²

“Muito obrigado. Duas notas breves ou três. A primeira é para agradecer aos serviços da Câmara, e nomeadamente aos Serviços de Cultura as belas esculturas que desta vez trouxe da Bienal de Cerâmica, nomeadamente algumas esculturas que importou das Caldas!? E que obviamente fizeram parte do mestrado de uma senhora artista que obviamente como uma obra de mestrado, a obra final de mestrado, é uma obra de vulto, digamos. Enche o olho a qualquer um, uma obra daquelas! De facto dois metros e quarenta e sete Enfim. É que mais que obra de mestrado, é uma obra de doutoramento. Merece o doutoramento, efectivamente. Se calhar foi a cadeira em que se sentou, quando fez o mestrado, mas enfim! Essa já não é matéria para coisa aqui. De facto muito mal vai uma Câmara que se permite, enfim à luz de qualquer modernice cultural, deixar expor em lugares públicos e nomeadamente em lugares públicos que são frequentados por pessoas, coisas daquele tipo! Mas nós já estamos habituados. Já nos habituaram a cobrir o José Estêvão de trapos, de o embrulhar e enfim! E agora temos cerâmica das Caldas em exposição pública. Muito bem. Fico contente, por pertencer a um município e ter à frente do Pelouro da Cultura gente tão evoluída!

Uma segunda nota para a Moveaveiro. Todos nós sabemos as dificuldades da Moveaveiro e as dificuldades com que a sua gestão diária se debate, principalmente porque a Câmara não comparticipa devidamente na Moveaveiro com os custos sociais que a Moveaveiro acarreta. Obviamente que a Moveaveiro tem custos sociais e esses custos têm de ser comparticipados com a Câmara. E como a Câmara não entra, digamos assim, desculpem-me lá o calão, passam tempos aflitivos. E nomeadamente não me competiria a mim dizer, porque está aqui o Presidente da Junta de São Jacinto, mas que obviamente não falou nesse assunto, nomeadamente nos transportes para São Jacinto. Mas também para além desses problemas, que são problemas de gestão, problemas económicos de gestão, existem os problemas de planeamento de gestão. E parece-me que as coisas por lá não andam muito bem, senão vejamos. É nesta do ano que se inicia o ano escolar. É nesta altura do ano que os alunos de São Jacinto, muitos alunos de São Jacinto são transportados para Aveiro. Foi nesta altura do ano que a gestão da Moveaveiro decidiu parar a única lancha que tem em funcionamento, que é a Dunas, para obter os seus certificados! Não cabe na cabeça de um careca! Não cabe na cabeça do careca. Os certificados são anuais ou bianuais e devem ser obtidos numa altura que não façam e que não provoquem esse prejuízo aos alunos. Dizer-se-á: Ah, mas os alunos são transportados no ferry. É verdade. No ferry são transportados, mas obviamente não em condições de segurança e de comodidade que seriam como seriam transportados na lancha. Mais, como nós sabemos nesta altura é altura de algumas calmarias e como nós sabemos que o ferryboat, não está autorizado a navegar quando há nevoeiro, se por acaso houver como há, as épocas de calmaria e os nevoeiros matinais, que é normal haver na ria, vamos ter os alunos de São Jacinto privados de poderem chegar a horas decentes às suas aulas. Não me competiria a mim dizer isto, competiria ao Presidente da Junta, mas eu não falar apenas espelha aquilo

que se passa com as nossas Juntas. É que de facto os nossos Presidentes de Junta que são na sua generalidade homens bons e interessados pelas suas gentes, só podem falar aqui, quando é a fazer panegírico das acções da Câmara e do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores. E não podem porque têm medo e temem o castigo de dizer coisas contrárias à acção da Câmara. Não é só aqui. A gente vê o que se passa na Madeira e noutros sítios, mas é um bom exemplo. E seria bom Senhores Presidentes de Junta, que perdessem um pouco desse medo. Ninguém come ninguém! Alguns Presidentes de Junta até deixaram de cá vir, porque de facto têm a freguesia pior do que tinham. Alguns até andaram a distribuir cartas a dizer que iam fazer obras. Não fizemos, mas deixa lá que nós daqui a três meses vamos fazer as obras e as coisas e não sei quantas mais. E eles até têm vergonha de aparecer aqui, porque de facto as coisas são como são. Não culpo apenas aqueles que estão à frente das Juntas, não é aqueles que estão à frente e têm de gerir coisas tão difíceis como a Moveaveiro, mas há oportunidades e não é obviamente altura própria, parar uma lancha um mês ou dois, porque é isso que normalmente, quem anda com navios sabe que normalmente para obter os certificados novos, é um mês ou dois para os obter e nesta altura, ter a única lancha das várias lanchas que existem, mas estão todas empenadas e portanto, paradas e não sei quantas mais, mas a única que estava a funcionar e tê-la parada nesta altura é obviamente pouco avisado e não é uma grande medida de gestão. Para além do mais, é preciso começar a pensar, não sei e gostaria de saber e de perguntar ao executivo, como é que está o novo ferryboat? Sempre está comprado? Não está comprado? Vão comprar? Como é que é? Digam-nos como è? Para nós sabermos e até para as pessoas que estão lá, saberem o que é que se vai passar. Já está comprado? Está comprado por quanto? Como é que se vai comprar? Quanto é que vão pagar de juros? Não dizem nada. Isso são coisas importantes e que interessam, digamos nomeadamente às pessoas de São Jacinto, que estão inquietas com tudo o que está a acontecer.

Uma última nota para por intermédio do Senhor Presidente da Assembleia que não está aqui, mas certamente está a ouvir ou vai-nos ouvir, para interceder junto do Poder Central, para resolver o problema do Hospital. O Hospital está tanto quanto sei com uma Administração demissionária, desde há não sei quanto tempo. E estou quase como o outro, nem o indivíduo morre nem a gente almoça, quer dizer, estamos numa situação de impasse que não é bom para Aveiro, porque os aveirenses necessitam muito daquela estrutura. É uma estrutura fundamental no bem-estar dos aveirenses e está a funcionar mal! Está a funcionar mal! E todos sabemos que está a funcionar mal. E todos sabemos que pode funcionar melhor e portanto aqui o meu pedido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que use de todos os seus bons ofícios, no sentido daquela situação ser resolvida, e de rapidamente conseguirem meter lá uma Administração competente e que consiga, além do mais, para além da gestão corrente, tem uma função muito importante que é pensar o futuro do Hospital. Se aquele tipo de Hospital nos serve, se é outro tipo que nos serve, se é ali, se é noutro sítio, essas coisas para pensar, mas urge resolver aquele problema. Assim nós não podemos estar, porque qualquer dia estamos numa situação complicadíssima e cada dia que se passa se houve mais obviamente falar do Hospital de Aveiro e não é na maior parte dos casos pelas boas razões. Obrigado.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰⁸³

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰⁸⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁸⁵

Presidente da Mesa:⁰⁸⁶

“A primeira questão: as senhas de presença. Como nós sabemos, temos acompanhado permanentemente o assunto em sede de Comissão Permanente e por sua vez em relação directa também com o Senhor Presidente de Câmara e com a Câmara Municipal de Aveiro.

E o ponto da situação é que, neste momento a Câmara Municipal de Aveiro está aguardar um parecer definitivo da Associação Nacional de Municípios e após esse parecer penso que a situação ficará resolvida no sentido que nem deveria ter começado, não é!?

E portanto, vamos de facto aguardar por essa mesma circunstância. Em relação às representações, nós oficiámos as diferentes entidades em que as senhoras e os senhores deputados possam estar representados. Temos recebido à medida das respostas diferentes tipos de respostas aos nossos ofícios e temos feito delas cópias aos senhores líderes de bancada. E em relação à Comissão de Acompanhamento da EMA, neste momento não chegou (após o nosso ofício) a resposta da empresa EMA.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Queria colocar duas questões, levantar dois assuntos ao executivo municipal e um tem a ver com a questão do Gabinete de Apoio às Freguesias. Nós já levantámos esse tema em Sede de Assembleia e voltamos a falar hoje da mesma situação, porque até aqui ainda não houve qualquer esclarecimento e para dizer o seguinte, no âmbito da reorganização dos serviços foi aprovado um novo organigrama, que ao que sabemos ainda não está em vigor ou pelo menos não está na sua maioria em vigor e em que foi criado algo que se chama Gabinete de Apoio às Freguesias. Penso que no sentido de o completar ou de garantir a sua funcionalidade o Senhor Presidente emitiu um despacho acerca de dois, três meses atrás, nomeando para esse gabinete ao abrigo de um artigo que lhe permite nomear funcionários municipais para determinado departamento ou funções dentro da Câmara Municipal, alguém que não é funcionário da Câmara Municipal. E portanto na nossa interpretação que é corroborada por outras pessoas, portanto juristas, têm uma interpretação que de facto isto é um despacho ilegal. E portanto interpretações jurídicas são interpretações jurídicas e portanto gostaríamos de nesta linha e no que diz respeito à questão da legalidade ou não, pedir à Câmara que pudesse reforçar o argumentário jurídico, no sentido de nos dizer é ou não ilegal o despacho que o Senhor Presidente fez em nomear o cidadão Victor Martins para o Gabinete de Apoio às Freguesias? Mas esta questão trás outro tipo de consequências que nós não queremos deixar passar em claro, que têm a ver com a questão política desde logo. O cidadão Victor Martins é Presidente da Comissão política Concelhia do Partido Social-democrata. É e vai ser pelos vistos mais algum tempo e nesse âmbito parece-nos de todo estranho, que haja um gabinete de apoio às freguesias, em que a pessoa que supostamente é convidada e nomeada para fazer parte desse gabinete, é alguém com responsabilidades políticas partidárias e portanto que é uma parte interessada num conjunto de informações e situações que este gabinete com certeza que vai gerir e fazer circular. E portanto parece-nos obviamente uma partidarização de um departamento da Câmara que se quer funcional mas não partidarizada e portanto é uma questão à qual o Senhor Presidente da Câmara ainda não deu resposta, a nós e aos aveirenses e penso que é de todo devida.

Uma terceira situação tem a ver com a argumentação para convidar o cidadão Victor Martins, que por acaso além de ser Presidente do PSD, é também Presidente de uma das 14 Juntas de Freguesia!

E esta nomeação constitui desde logo uma menorização absoluta de todos os outros Presidentes de Junta. Porquanto aquilo que se sabe e aquilo que já foi afirmado e reafirmado pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores, pelo menos por alguns dos Vereadores, o Senhor Presidente não estou certo que o tenha dito, é que o Senhor Presidente de Junta Victor Martins é o Presidente de Junta mais avisado, aquele que tem mais experiência, aquele que sabe nomeadamente tratar de gestão de pavimentações e arruamentos nas Juntas de Freguesia, dito há poucos dias por um dos vereadores da sua equipa, dito a nós directamente! E portanto o que é que isto quer dizer? Isto quer dizer que estamos perante uma escolha de entre 14, uma escolha que nem sequer foi consensual e não foi discutida entre os pares, uma

escolha que não teve a aprovação de todos e uma escolha que foi tratada de forma altamente informal e portanto que é naturalmente uma menorização dos Presidentes. E se não fosse só dos Presidentes de Junta, seria também dos funcionários da própria autarquia e dos chefes de departamento, dos departamentos em que esta acção do Gabinete de Apoio às Freguesias vai interferir e estamos nomeadamente a falar do DSU. Obviamente que o estar a dizer que o DSU não tem condições, para fazer uma optimização da gestão deste gabinete e das suas funções, é estar obviamente a passar um atestado de incompetência aos chefes de secção e a todos os funcionários que lá estão. Mais, e nós tivemos ocasião de o dizer directamente ao vereador em causa e portanto não tenho problema nenhum em dizê-lo aqui directamente, para nós constitui também uma menorização do próprio vereador do pelouro, porque obviamente que não chega os funcionários não serem competentes, não chega o chefe de departamento, nem o Senhor Vereador do Pelouro tem competência para arrumar a casa e resolver aquilo que é uma pequena função dentro do Gabinete de Apoio às Freguesias e portanto tendo em conta tudo isto, gostávamos que o Senhor Presidente da Câmara nos esclarecesse de facto porque é que tomou esta decisão e para além de tudo que nos esclareça sobre as questões relativamente à legalidade do despacho que proferiu.

Uma segunda questão, que não tem a ver com gestão de recursos humanos, tem a ver com o clima nacional que se vive, o meu camarada Paulo Jesus há pouco fez uma referência directa sobre esta situação, em que desde a tomada de posse, estamos agora cento e poucos dias depois da tomada de posse deste governo, são quase diárias as decisões tomadas em função da situação e da conjuntura económica, aquela que se conhece e essas são certezas e as dúvidas e as incertezas, que está no discurso dos nossos governantes e que nós não sabemos onde é que nos vai levar. E portanto tendo em conta este clima nacional e somando este clima nacional, àquilo que tem sido o discurso dos vereadores e do Senhor Presidente da Câmara sobre a situação económica da autarquia e da asfixia e da incapacidade que ela gera relativamente à gestão das necessidades mais básicas do concelho, para nós é muito estranho que até hoje e estamos a entrar no último trimestre do ano, não haja da parte da Câmara Municipal, uma atitude de prudência, de avaliação, de ponderação das decisões tomadas há um ano atrás e perceber que se há despesas, se há investimento, que eventualmente há uma ano atrás ainda poderiam fazer sentido, provavelmente hoje eles não têm cabimento. E o PS tem tido um discurso muito claro sobre isso, tanto ao nível municipal, como ao nível nacional. Nós não somos obviamente contra todos os cortes que têm sido feitos, aqueles que não decorrerem ou que não tiverem consequências em investimentos estratégicos em sectores fundamentais e prioritários, obviamente que são necessários, agora para nós obviamente que não podem ser cortes cegos. E quando estamos a falar em Aveiro, é um facto que nós não temos sido brindados com grandes investimentos, nem médios investimentos, portanto o que tem havido é pequenas obras ao longo dos últimos seis anos e a justificação é sempre a mesma, que é não temos dinheiro, estamos asfixiados, é uma situação de ruptura financeira, mas ao mesmo tempo para a obra do regime, para a obra em que de facto normalmente os senhores Presidentes de Câmara querem colocar a plaquinha e serem reconhecidos no futuro como tal, e parece que de facto não têm outra justificação que não esta, esta Câmara decidiu fazer há dois anos atrás com o Parque da Sustentabilidade, gastar dos seus cofres cerca de setecentos mil euros em duas pontes! Duas pontes! O que estamos a falar são duas pontes. Duas pontes que não têm um efeito reprodutivo na cidade. Não são estratégicas, não são necessárias e que neste momento nos parece, que face a todas as insuficiências, todas as carências que neste momento o país e esta cidade têm, obviamente que a única solução que resta a este executivo é dizer, nós vamos parar esta obra e vamos discutir a continuidade destas duas obras em Sede de Plano e Orçamento de 2012. E se é intenção desta Câmara, gerar algum consenso sobre esta matéria do Plano e Orçamento do próximo ano, tem que ter em atenção que não pode cismar em ser teimoso relativamente a obras que não são consensuais e que não têm o mínimo de interesse para o concelho na situação actual em que vivemos. Portanto fica a mensagem e

fica o pedido para que este executivo suspenda todos os procedimentos relativamente às duas obras das duas pontes e que volte a visitar esse tema em Sede do Plano e Orçamento de 2012. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁸⁸

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁸⁹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁹⁰

“Bom, são muitos os assuntos que já foram tratados e gostaria de também dar a minha contribuição, focando alguns aspectos. Começando por aqueles que realmente me estão a preocupar. Gostaria de começar por referir a questão das Águas da Região de Aveiro. Há mais de um ano que nós decidimos nesta Assembleia, em que tomámos uma decisão e que nós achamos que foi uma boa decisão, continuamos a achar que foi uma boa decisão, do município de Aveiro juntar-se aos outros municípios da região do Baixo Vouga, para poderem integrar um consórcio regional que pudesse fazer a distribuição das águas. Passaram já passou mais de um ano e era suposto, há este compromisso, que passado um ano de entrada em funcionamento desta empresa, houvesse a divulgação de um relatório, que seria um relatório que pudesse sintetizar toda a informação, que fosse relevante para quem tomou a decisão de criar esta empresa e que servisse de avaliação ao primeiro ano de implementação desta empresa, até para eventuais correcções que se pudessem ver que fossem necessárias. Bom o que é um facto é que passou um ano em Maio de 2011 e o relatório ainda não nos chegou às nossas mãos. E por isso aquilo (que neste momento) peço é que a Câmara Municipal de Aveiro, nos possa providenciar esse relatório, porque caso isso não venha a acontecer e já passaram vários meses, parece-me que teremos que tomar alguma posição, que não me parece que ainda seja o caso, mas parece-me que se houver mais um protelar desta situação, que ponha em risco uma avaliação atempada daquilo que neste momento está a ser a distribuição de água ao município de Aveiro e aos outros municípios, nós devemos agir em conformidade, devíamos fazê-lo nesta Assembleia Municipal. Parece-me que neste caso, acho que já houve várias intervenções deste aviso, desta preocupação, parece-nos que poderá eventualmente chegar para que a Administração desta nova empresa possa lembrar-se que realmente é constituída por vários municípios e que os municípios têm Assembleias Municipais e essas Assembleias Municipais respondem por todos os municípios que são abrangidos então por este sistema de distribuição. O outro aspecto que também me está a preocupar e também foi um assunto que já aqui foi abordado, mas que gostaria também de retomar, tem a ver com a Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico, a sua entrada em funcionamento. Era suposto que entrasse em funcionamento em Outubro de 2011, estamos praticamente em Outubro de 2011 e não me parece que haja condições para esta Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico entrar em funcionamento. E por isso também me preocupa. E preocupa-me por dois motivos: 1 - porque se não entrar em funcionamento, quer dizer que vamos continuar a receber os lixos nas células de Taboeira/ Cacia, o que é uma preocupação para todos nós. Por outro lado, também me preocupa porque temos, e o Estado que somos todos nós, temos estado a investir na construção de uma Unidade que tem um fim muito próprio e que nunca mais começa a funcionar — e por isso também é uma preocupação. Mas também é uma preocupação porque suposto que só comece a funcionar quando tiver um caminho dedicado para poder levar os diversos camiões que são necessários de chegarem a Eirol, por uma estrada que é dedicada e essa estrada quanto sabemos ainda não está construída e não sabemos sequer se está planeada.

E por isso, já aqui foi referido que era altura de a Comissão que está criada nesta Assembleia poder reunir e poder realmente chegar, poder saber mais pormenor, sobre aquilo que se pode passar, para poder ter uma intervenção que seja mais rápida e também transmitir a este

plenário aquilo que possam ser as informações úteis para nós sabermos quando é que podemos ter este investimento a ser reprodutivo.

Dito isto, gostaria também de perguntar ao município, ao Senhor Presidente da Câmara, que neste momento está em construção a ligação entre as vias das Agrads do norte, Esgueira e a zona de Sá Barrocas e eu gostaria de saber para quando é que nós poderemos ter a tal abertura em mão na A25, que me parece que seria muito urgente, que se aproveitasse esta fase de obra para se poder ter essa ligação.

Também gostaria de me referir aos barcos moliceiros e à regulação dos operadores. Parece-me que já é tempo de nós e a Câmara, podermos ter uma intervenção e tirar dividendos. Quer dizer, também me parece que a Câmara Municipal de Aveiro tem que tirar dividendos pelas razões que já foram apontadas e algumas das razões foram apontadas, a preservação dos canais é, são, alguns dos muros dos canais. Parece-me que é uma boa razão, mas há outras boas razões para a Câmara Municipal de Aveiro também ser parceira e poder tirar e poder ter uma receita de todas estas iniciativas que se estão a ter e de as regular não só através da obrigação da colocação das proas, porque cada vez mais nós temos fotografias da nossa cidade de barcos moliceiros sem as respectivas proas, como também de toda esta confusão que se tem estado a ver de rivalidades e de outras coisas que eu acho que não beneficiam em nada a nossa cidade e que realmente dão um aspecto terceiro mundista da maneira como se estão a angariar clientes — entre muitos outros aspectos. E por isso urge realmente esta regulamentação.

A Câmara Municipal de Aveiro tem estado também a promover, e aqui gostaria de referir a volta a Portugal em bicicleta, que me parece que foi um excelente momento de propaganda da nossa Região e da Cidade de Aveiro. Como diz o relatório foram quatro horas de directo em televisão. Foi uma propaganda muito grande a todo o nosso tecido económico que às vezes nós mostramos aqui preocupação com falta de divulgação daquilo que são os nossos comerciantes, daquilo que são os nossos industriais, daquilo que são os nossos valores culturais. E parece-me que durante essas quatro horas de programa, a uma hora de Agosto e que por isso muita gente está em casa de férias e que poderia ver o programa, eu posso dizer que vi o programa e achei muito interessante a quantidade de entrevistas que foram feitas e por isso a divulgação que foi feita da nossa cidade e da nossa região e por isso de certeza que o retorno financeiro é um retorno financeiro muito grande para a nossa região. Nós quanto mais não fosse, o retorno financeiro pode ser visto até pela própria comunicação do Senhor Presidente da Câmara, quando nos mostra, que mais uma vez em dois, três meses, tem mais uma vez uma redução de passivo de 3,5 milhões de euros ou seja, continuamos a reduzir o passivo à média de mais de um milhão de euros por mês, o que me parece que é uma redução sustentada de um passivo, o grande problema é que o passivo tem estado em cima, de mais pelas obras que nós já várias aqui discutimos e que eram questionadas pelo Partido Socialista que parece que agora voltou a querer questionar obras. E por isso, aquilo que o partido socialista não fez durante oito anos, quer agora implementar em obras que são obras reprodutivas que nós queremos criar no nosso município. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa⁰⁹¹

Vogal Raul Martins (PS)⁰⁹²

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁹³

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁹⁴

“A pergunta também vai mais ou menos no mesmo sentido, no entanto perguntar ao Deputado Manuel António Coimbra que pelos vistos está à espera de um relatório, se ele por acaso não teve acesso ao mesmo relatório que eu tive na altura, antes da adesão à parceria da AdRA, nomeadamente aquela da viabilidade financeira em que ela dizia exactamente quanto é que

queria por metro cúbico para viabilizar a empresa, e o valor é 2.86 € por metro cúbico. Era esse valor que eles apontavam textualmente.

Portanto se não tinha conhecimento desse documento!? E só para tomar referência na altura, penso que os valores praticados no primeiro escalão andavam por volta dos 50 centimos por metro cúbico. Mesmo assim não fica barato!

E também perguntar, se por acaso têm conhecimento que o BE já apresentou na altura uma proposta com exigências tão simples, como que os preços não subissem acima da taxa de inflação e que houvesse tarifas sociais para casos mais extremos e que ela teve a rejeição de todos os partidos que agora pelos vistos estão preocupados com esta situação.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁹⁵

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria Luz Nolasco⁰⁹⁷

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁹⁸

“Senhor Presidente da Mesa, caros deputados, Câmara Municipal, colegas Vereadores, tentando ser breve e sucinto. Em relação à questão da AdRA foi referido por vários deputados municipais, tecer algumas considerações e falar um bocadinho sobre este processo.

Como sabem a AdRA é um instrumento que foi criado pelos municípios e pelo Estado central e foi um instrumento criado no âmbito de uma parceria estabelecida para a gestão em baixa das redes de água e saneamento.

E portanto a sua concretização está expressa em Lei e tem determinadas responsabilidades. Nomeadamente, enquanto isso não for alterado e pode sempre ser legitimamente pelos nossos representantes políticos na Assembleia da República, terá que obrigatoriamente pertencer ao sector público estatal ou ao sector público local. Enquanto isso se verificar todas as questões que aqui foram colocadas, que eu acho que são até extemporâneas em relação às privatizações, até porque nem no Programa do Governo, nem naquilo que tem vindo a ser anunciado consta a privatização das Águas de Portugal. Consta sim, separação dos sectores das águas, dos resíduos, e a abertura capitais privados do sector dos resíduos.

Portanto isso é o que consta do programa do Governo e em nenhum momento se falou de privatizações das Águas de Portugal. Importa no entanto referir que as Águas de Portugal estão bastante descapitalizadas e essa descapitalização não se deve ao sector dos resíduos, deve-se ao sector das Águas.

Em relação a este assunto os municípios não estão a olhar para o lado e não estão à espera, apesar de não existir nada em concreto. Tem havido conversas no âmbito da própria comunidade intermunicipal e recorro que só existem mais duas situações similares no país e que nós temos 49%, não seria difícil termos a maioria do capital da empresa.

Em relação ao valor das tarifas, importa referir o seguinte. Importa primeiro fazer a distinção entre o que é o valor de uma factura em Aveiro e num outro município porque há dois factores a ter em consideração. O primeiro quer Albergaria, quer Aveiro, se situavam no topo em termos de tarifas da água, sendo superior em Albergaria a tarifa do saneamento.

Isto significa que durante os primeiros cinco anos (e é isso que está no estudo económico ou financeiro) os outros municípios iriam ao longo desses quatro anos aproximar-se e igualar as tarifas dos municípios de Aveiro e Albergaria.

Portanto, durante estes primeiros quatro anos, obviamente a parte da água e do saneamento não será igual entre todos os municípios. Foi um caminho que foi trilhado num acordo, seria impossível o município de Vagos passar de zero euros de cobrança de saneamento, para a tarifa que é cobrada em Albergaria que era superior a um euro e meio. Portanto esse processo foi feito até porque como sabem também Aveiro e Albergaria eram os municípios com um maior investimento feito e por isso também as tarifas serem mais altas.

Segundo ponto. Os municípios têm tarifas diferentes na parte dos resíduos, têm empresas de recolha diferentes, com preços diferentes, logo e como sabem a ERSUC é bastante clara em relação a isso. Nós devemos ter tarifas que cubram o serviço e portanto logicamente não poderá haver igualdade em sítios em que as coisas são diferentes.

Uma nota em relação às tarifas e que nos desagrada a nós município de Aveiro, e que já transmitimos não só ao conselho de administração e aos nossos representantes do conselho de administração e já lá vamos, mas também à comissão de parceria que foi estabelecida e que tem a ver com o seguinte. Esta questão destes atrasos e destas facturas irregulares, prende-se com uma alteração feita pela AdRA em relação àquilo que é os tarifários dos vários municípios. Não houve apenas a exportação da base de dados para uma base de dados diferente, houve também uma alteração do método tarifário, isto é: Aveiro tinha definido os três tipos de serviço que eram prestados, água, parte fixa e parte variável, saneamento, parte fixa e parte variável, resíduos, parte fixa e parte variável. Como sabem e vocês têm as facturas convosco, a única parte que está a aparecer assim é a parte da água, e nomeadamente o saneamento aparece como outro serviço, a parte dos resíduos. Isto deve-se a um método que as Águas de Portugal têm, um sistema que é o sistema que existe em Lisboa da EPAL, tem muitos anos. Por falar nisso e porque foi falado, porque é que o nosso tarifário era diferente. Eu julgo que a EPAL é um bom exemplo daquilo que pode ser a gestão em concessão. A EPAL tem investimentos há muitos anos. Recordo que a EPAL é uma empresa que já é centenária há muitos anos e portanto os investimentos foram feitos há muito tempo. Os nossos investimentos, quer dos municípios, quer os que serão feitos agora pela AdRA, são recentes e portanto no início terão as tarifas ajustadas a isso, para além de que a EPAL serve três milhões de habitantes em alta e na região de Aveiro nós servimos um bocadinho menos de quatrocentos mil, o efeito escala neste tipo de como se diz em inglês “utility” é avassalador e toda a gente tem conhecimento sobre isso. Em relação a dois pontos que eu volto a referir, a questão da avaliação e a questão dos antigos administradores. Os antigos administradores do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, tinham realidades absolutamente diferentes, daquela que aconteceu quando da passagem das águas e do saneamento para a AdRA. Não havia o pagamento de saneamento a terceiros, eram as Etares no município de Aveiro, muitas delas construídas apenas nos últimos anos enquanto os serviços estavam a utilizar e tinham uma realidade diferente que era a Moveaveiro que estava integrada, lembram-se perfeitamente dos STUA. Isso significava (e se calhar era por isso que não havia problemas na Moveaveiro) a água financiava o transporte público. Isso é uma realidade todos nós aqui ninguém pode escamotear. Portanto estes défices que agora se vêem sempre verificam-se ao longo de muitos anos, só que a partir do momento em que saiu a Moveaveiro e entrou outra coisa que não se podia escamotear que foi a SIMRIA.

Foi um investimento mal feito quanto a mim. Foi feito por um senhor que disse que um aeroporto no Alentejo “jamais” e portanto estão a ver no que é que isto deu. É caríssimo o serviço da SIMRIA, mas é o principal responsável pela tarifa que nós temos ao nível da água e saneamento. É, e se calhar será durante os próximos diria 15, 20 anos, aquilo que irá manter as tarifas elevadas. Não será a parte da água — porque aí não é o problema. Uma nota final em relação à questão do Conselho de Administração e da nossa opção, que nós tivemos em relação a isso.

A AdRA está a atravessar estes primeiros dois anos, já era para ter havido eleições, também houve uma mudança do Governo e perante isso também não aconteceu. Era para nos primeiros dois anos ser o período de instalação. Os municípios como está definido nos estatutos teriam um administrador executivo e a AdRA através das Águas de Portugal teriam um outro.

Nós prescindimos de ter um administrador executivo e decidimos ter lá dois representantes dos municípios, que seriam Presidentes de Câmara ou a representar as Câmaras Municipais. Nós decidimos isto em consciência em termos de CIRA. As decisões em termos de CIRA são

tomadas por maioria em termos de nosso capital na AdRA, mas para além disso, as pessoas que estão a representar a comunidade e todos os munícipes, não só o seu concelho, são os dois Presidentes de Câmara que estão representados, um nas águas do Carvoeiro, o maior fornecedor de água e, portanto, os investimentos em alta na água teriam que ter sempre interligação com os investimentos da AdRA e também o Presidente José Eduardo Matos que é o Presidente de Estarreja, que é o representante na SIMRIA. E portanto fechávamos o ciclo e há sempre um diálogo em quem está de um lado e do outro. Foi sempre essa a nossa perspectiva e o nosso entendimento.

Em relação aos relatórios. Nós enviaremos rapidamente a prestação e o relatório anual da empresa em relação a 2010. E aquilo que penso que era esse o relatório que estariam à espera, é o novo estudo de viabilidade económica ou financeira — já com a empresa no terreno. Esse estudo está atrasado, está para ser analisado, e assim que tiver concluído para análise dos municípios, e a sua votação, nós traremos aqui.

Em relação à volta a Portugal só uma nota. Nós temos que ver este processo da volta a Portugal como um investimento, não só focado para o desporto, este não é o objectivo. Esta é uma prova como um evento, qualquer tipo de evento. Faz sentido se de facto trazer visibilidade. Se tiver retorno financeiro, se tiver tudo isso. Se nós o virmos apenas como um evento desportivo, nunca faria sentido, nós não temos em Aveiro ciclistas profissionais que eu conheça, e portanto não faria sentido estar a investir nisso. É de facto um evento de carácter nacional, o retorno é elevadíssimo. O nosso investimento médio anual são 55€ mil euros, que posso-vos dizer que é muito inferior a qualquer município e eu vou-me dar ao trabalho de, se me permitirem demorar três minutos a explicar o acordo que existe com a empresa que faz este trabalho.

Nós temos um acordo para quatro anos, que foi estabelecido no início do mandato, em que tem três partidas e uma chegada. Porquê três partidas e uma chegada? Em termos de visibilidade do município é muito mais interessante a chegada, em termos de retorno financeiro e imediato, é muito mais interessante a partida, porquê? Porque sempre que há uma partida no município, na noite anterior as empresas ficam ali alojadas. Estamos a falar de grosso modo de seiscentas pessoas. Portanto seiscentas pessoas (podem fazer as contas) a 40€ o quarto e já vêm o que é que isto significa. Mais, nós temos comprometido também em acordo com a empresa que realiza, para além desta partida, há uma chegada próxima de Aveiro, sem ser no dia anterior, significa mais um dia de dormidas em Aveiro. E para além disso, não é apenas esta prova, é uma outra prova que é a prova de “Volta do Futuro” que também pode ser a Masters, isto não será sempre a mesma. Isto significa o quê? Que o nosso investimento e posso-vos dizer que há Câmaras aqui perto que gastam por ano 125 mil euros! É muito inferior, tem um retorno muito maior, fruto de uma parceria que é estabelecida logo para quatro anos, com quem nós já temos um relacionamento feito, enfim este posso-vos dizer, não é nenhum dos vereadores que trata do processo, são os técnicos, é um orgulho para nós e um bom projecto para Aveiro em termos não só de visibilidade que tem e vocês sabem quanto é que custa um minuto em televisão, por isso ter quatro horas é excelente. Mas para além disso, o retorno económico directo na nossa hotelaria é sem dúvida avassaladora.

Escolas. Foram referidas por vocês, é óbvio que para nós, é motivo de satisfação um dos Centros Educativos estar a funcionar. Não houve inaugurações, por isso nós não convidámos os senhores jornalistas. O Centro Educativo de São Bernardo está a funcionar o que para nós é excelente. Achamos que as condições que existem naquele espaço, são de acordo como nós tínhamos imaginado; muito boas. Esperamos que ali possam termos alunos de facto com outra qualidade de ensino e portanto ser melhores alunos e melhores cidadãos no futuro, mas isso não depende só das pedras, depende de facto dos professores e acho que temos uma comunidade educativa, não só em São Bernardo, mas em Aveiro de excelente qualidade.

Eu não me queria centrar muito na parte operacional. A parte operacional, nós havemos de ter sempre muitos problemas, até porque nós, eu sou reformista e portanto gosto sempre de fazer

qualquer coisa diferente e que as coisas avancem um bocadinho. Nós este ano tivemos processos diferentes, coisas a funcionar num meio diferente, e isso não quer dizer que as coisas tenham corrido mal ou que nós tenhamos tido incidentes. Teremos e teremos sempre.

A verdade é que no dia 15 todos os alunos estavam na escola e isso para nós era importante, e tiveram refeições, e tiveram professores, e tiveram auxiliares. Nem todos os processos dependem do município e alguns daqueles que aconteceram de facto não dependem mesmo do município, embora o município leve por tabela. E isso leva-nos àquilo que foi aqui dito do pensamento. Nós temos dois pensamentos em relação à Educação, mais importantes se calhar do que tudo o resto. 1 – Achamos que há muita gente a falar e a mexer na educação. Nós temos o Ministério da Educação, temos o Agrupamento de Escolas, temos a Câmara Municipal, temos os professores, temos os pais, enfim! E há muitas responsabilidades partilhadas. Significa isto o quê? Que no final sobra sempre alguma coisa que era do outro, mas que afinal era daquele e que era do outro! E isso às vezes dá naquilo que deu.

Por isso mesmo nós somos defensores de uma outra coisa que é a autonomia dos agrupamentos. E essa autonomia não é autonomia através de — é autonomia mesmo. Autonomia de gerir e contratar e definir as coisas. Não sabemos porque que é que um critério numa escola tem que ser igual a outro, os alunos não são os mesmos. Não sabemos porque é que não se podem escolher os professores que melhor podem dar aulas. Não sabemos porque é que um professor que dá aulas numa turma, de repente tem que ir para outra escola por qualquer motivo. Aquilo que nós defendemos é a autonomia a sério dos Agrupamentos. Sempre foi o que dissemos. Dissemos à anterior Ministra, à outra Ministra, a este Ministro, e defendemos isso e defenderemos isso. A Câmara Municipal ajudará sempre, mas somos defensores asserimos da autonomia. Aquilo que se passou, nomeadamente num dos Agrupamentos, que foi aquele onde tivemos maiores problemas, foi a autonomia partilhada, em que se definem algumas coisas que depois mexem com a responsabilidade do vizinho, mas isso são coisas para nós pensarmos.

Uma outra nota que foi dada aqui, que tem a ver com a Educação para o empreendedorismo, é de facto para nós (queria agradecer à Elisabete ter falado disso) uma questão de futuro.

O empreendedorismo nas escolas tem que começar dos mais pequeninos. Ficamos felizes que de facto o novo Ministro da Economia tenha isso em mente e que vá ajudar a que isso aconteça.

Em relação aos canais urbanos, só duas notas. Temos a percepção de que existem muitos barcos. É complicado definir limites, a não ser por carga do próprio canal. O que nós estamos a analisar é a possibilidade de um processo de concessão que será o normal para a atribuição das licenças de circuitos, definir determinadas regras obrigatórias, nomeadamente aquilo que foi dito e que nos preocupa de sobremaneira até em termos turísticos que é dizerem que aquela ponte no canal de São Roque foi feita pelo Eiffel, que são coisas assim fantásticas, que acontecem e que para nós é muito mau. E portanto nós iremos definir com certeza algumas regras em relação a isso. E preocupa-nos em relação aos canais, é a circulação e o atracamento, a ancoragem, isso são as coisas que são importantes. Eu julgo que nós em breve iremos inclusivamente ter obras no Canal Central para resolver alguns problemas, nomeadamente aqui junto à capitania, portanto as coisas irão avançar e iremos encontrar uma solução para isso.

Em relação ao esforço feito para diminuição do passivo que foi aqui transmitido pelo deputado Olinto Ravara, de facto nós temos vindo, não é de agora, é de há mais tempo, dissemos que estivemos a relevar muitas coisas, que não são como o buraco da madeira, mas que são importantes relevar, o esforço irá continuar. Para o ano será mais complicado, admito, sempre o disse e é sobretudo mais complicado e tenho alguma pena que em termos políticos não se fale muito disto, as Câmaras já vão em 22% de transferências a menos da Administração Central e continua a parecer que as Câmaras é que são culpadas das coisas. Os municípios deram 200 milhões de lucro no primeiro semestre do ano! 200 Milhões. Só a Segurança Social é que deu mais ao Estado. Portanto nós somos contribuintes líquidos, não é

por nossa causa que a dívida está a crescer. Isso deixo-vos a este órgão político para falar, mais do que falarmos do esforço que nós iremos continuar a fazer.

Em relação à Moveaveiro e aqueles pagamentos que o Pedro Pires da Rosa falou, nós em breve também os teremos. Tem a ver também com uma situação que foi possível agora — houve uma alteração à Lei. Antigamente como sabem era a Direcção Geral de Viação e depois o IMTT, que fazia o envio das cartas da multazinha, agora o pagamento será feito ou pela Câmara Municipal nalguns casos, ou pelas empresas municipais ou quem for e depois será transferida uma verba ou seja o pagamento é invertido, não será como agora.

Últimas duas notas, a recuperação do espaço Fernando Távora. Se nós tivermos quietinhos não tardará muito para aquele edifício cair, isso é uma verdade.

Aquilo que nós aproveitámos foi um projecto que conhecíamos tínhamos a esperança de recuperar este edifício, e dentro daquilo que é o projecto ROSSI da Comunidade Intermunicipal com a Universidade, vamos recuperar aquele espaço, que muito necessita de obras e iremos lá colocar vários espaços, alguns, como disse e bem, de trabalho partilhado, que é aquilo que nós desejamos cada vez mais que as nossas associações e a nossa comunidade faça.

Isso em princípio trará algumas receitas para a Câmara porque estamos a ver a possibilidade de articular com as associações, ser um espaço concessionado.

Em relação ao Conselho Consultivo da EMA porque acho que é de bom tom responder em relação a isso. O Conselho Consultivo não existe. Nós aprovámos há uns tempos uns Estatutos em que fizeram-nos desaparecer esse Conselho Consultivo.

Em relação à questão colocada pelo Partido Socialista em relação à possibilidade de aprovar Orçamentos com base em retirar alguns projectos.

Nós temos neste momento aprovados 26 milhões de investimentos para o município de Aveiro, dos quais a nossa comparticipação será de cerca de quatro milhões de euros. Julgo que não é por estes quatro milhões de euros de comparticipação que nós teremos que rever projectos de financiamento.

E queria-lhe dar esta nota em relação às pontes. O financiamento municipal não é de setecentos mil euros — irá rondar os cerca de duzentos e cinquenta mil euros.

A Unidade de Tratamento e estrada de acesso. Só uma nota final.

A estrada não está neste momento a ser construída ainda por uma razão muito simples, tem um processo de expropriação que corre por conta da ERSUC, como aliás foram os terrenos para a Unidade de Tratamento e, portanto, demora algum tempo.

A nossa expectativa é que a estrada possa começar muito, muito, rapidamente. Algumas parcelas já estão mesmo adquiridas, alguns troços e, portanto, julgamos que muito, muito rapidamente começará.

A Unidade para vos dar esta nota, está em fase final de construção nalgumas partes, e está a fazer testes em vazio. Aquilo que são os tapetes rolantes da Unidade e tudo isso está a ser feito em vazio. Portanto se tudo correr bem entre estrada e finalização da Unidade de Tratamento julgo que no início do ano estaremos em condições para duas coisas estarem a funcionar.”

Vice-Presidente Carlos Santos⁰⁹⁹

Presidente da Câmara:¹⁰⁰

“João Pedro Dias, em relação às questões ou no que concerne às dúvidas que diz ter quanto ao processo da PORTUCEL. Na linha daquilo que já foi a informação prestada pelo Senhor Presidente de Cacia, só dizer-lhe o óbvio: a deliberação da Assembleia Municipal que aqui foi tomada será escrupulosa e rigorosamente cumprida — como não pode deixar de ser.

Quanto ao contencioso na Comunicação. A relação está cada vez mais curta; o que é excelente! O que se passa é que nós em algumas Comunicações, em vez daquela descrição de todos os processos que davam mais páginas quase do que a Comunicação, e em que 90% do que lá estava era repetição da Comunicação anterior, optámos (e isto já aconteceu em

Comunicações anteriores) por inscrever ou registar na Comunicação os processos que tiveram movimento no período respeitante à Comunicação.

Naturalmente que em termos anuais há a relação total de todos os processos e claramente se houver alguma questão, alguma dúvida, ou se alguém solicitar é fornecida a relação de todos os processos para haver esse acompanhamento por parte da Assembleia.

Quanto à referência da equipa que trabalha para cativar projectos participados. É esse o reconhecimento, é justo, é nosso dever, valorizar e expressar a nossa gratidão a essa equipa jovem que tem sido notável no empenho, na dedicação, e no esforço que têm desenvolvido com a coordenação do Dr. Pedro Ferreira, do Eng.º Carlos Santos, da Dr.ª Maria da Luz. Os resultados são excelentes e penso que estamos todos de parabéns. Temos sabido quer na Europa quer junto da Administração Central ir buscar dinheiro para o nosso Concelho.

Dr. Pires da Rosa quanto ao número de fiscais. São 141, por aí à volta, mais ou menos. Há aqui um erro de um número que é um número a mais aqui — e não é o primeiro que ainda ficavam 41 que seria um exagero. Só uma nota disto. A informação que há pouco transmitiu é que nós passámos (foi o que eu entendi) de 108 para 141 fiscais na Moveaveiro. Nós de facto na rua neste momento estão apenas 15 fiscais. Na rua 15.

Como sabem o horário é das 8 às 20. Houve a necessidade de fazer essa correcção, de criar turnos para permitir um acompanhamento durante essas 12 horas, mas referir que estamos de facto com 8 ou 7, já com a questão das férias e umas doenças e umas baixas, mas pronto, o que dá qualquer coisa como 250 a 300 lugares fiscalizados que cada um tem que fiscalizar durante o seu dia de trabalho — o que será até insuficiente porque o número é este.

Quero dizer também sobre as sugestões que apresentou aqui. Quanto ao ex-centro de saúde mental. A Dr.ª Celina já colocou aqui uma vez o assunto e voltou a colocá-lo agora.

Eu penso que a ideia é esta: nós já resolvemos metade do problema. Como sabem, já por deliberação desta Assembleia foi adquirido metade de um terreno que tem 18.000² metros quadrados, que integravam o Ex-centro de saúde mental. Acordamos com a Direcção Nacional do Património e agora com o Ministério das Finanças a aquisição do restante.

E no Orçamento para 2012, queremos contemplar esse valor para proceder à aquisição que está acertada já, completamente acertada. É só chegar lá e pagar esse valor para que este problema que já tem para aí quinze anos e que conheceu histórias muito tristes possa ser finalmente resolvida.

O Dr. Pedro já falou quanto à nova ligação à Unidade de Tratamento. Da Fernando Távora também.

Quanto à questão de um milhão por mês. É bom o que se poupa. Se nós conseguíssemos não pagar este milhão ou gastar este milhão, permitiria realizarmos se fosse num projecto participado todos os meses, uma obra de seis milhões — o que dava 12 obras por ano com este dinheiro.

Quanto ao Gabinete das Freguesias, quanto à questão da legalidade do despacho. Estamos convictos que é legal, é nossa convicção.

Não temos qualquer prurido até para nos sentirmos mais confortáveis em solicitar um parecer jurídico para que as coisas possam ficar mais esclarecidas.

Quanto à explicação, tenho a ideia, penso que já em São Jacinto teria falado no assunto. Não sei se falei ou não mas como sabem o DSU tem por missão responder no essencial às solicitações das Juntas de Freguesia — no essencial esse é o trabalho do DSU.

A ideia de criar um Gabinete e penso que foi também referido aqui e muito bem, não é de naturalmente de minorizar as Juntas de Freguesia, é exactamente ao contrário. É de respeitar e é de valorizar o trabalho das Juntas de Freguesia. E essa valorização na nossa perspectiva acontece através da criação desse gabinete que trabalha directamente com as juntas de freguesia. E na nossa perspectiva para que essa valorização acontecesse em pleno deveria ter na sua composição um elemento que representasse as 14 Juntas de Freguesia.

Caricato na nossa perspectiva seria criar um gabinete nas freguesias e afastar ou impedir que houvesse a participação de representantes ou de um representante das freguesias.

No encontro que houve promovido, até penso que foi em São Bernardo, de uma forma penso que informal, num jantar que decorreu, depois o Eng.º Carlos Santos coloca a questão em relação aos Presidentes de Junta e aquilo que terá sido referido pelos Presidentes de Junta até porque não houve nenhuma votação secreta nesse processo, indicaram não sei quantos nem está em causa isso, mas a tendência foi indicarem (todos) um dos colegas para ter esse lugar no gabinete. E esse colega que foi escolhido em representação e em ligação com os outros 13 colegas, de uma forma gratuita, de uma forma completamente gratuita (ouvem-se vozes). Queixam-se que não há informação, depois quando se dá informação queixam-se de excesso de informação! É um bocado complicado. Mas é bom reafirmá-lo, porque numa altura em que os políticos são todos acusados, ainda há poucos dias fui surpreendido por uma entrevista de alguém com muita responsabilidade que dizia que nenhuma pessoa que entra na política sai de lá de mãos limpas. Numa altura em que ninguém sai da política de mãos limpas, é importante focar exemplos de pessoas que, como há milhares felizmente neste país, que estão na política felizmente para ajudar e com o espírito de missão.

Dizer que essa pessoa, então, vai de forma gratuita, de forma empenhada, está a concretizar em colaboração com todos os Presidentes da Junta o seu trabalho, e tem-no feito em diálogo e tem-no feito com eficácia e com competência e durante este tempo todo não ouvimos (antes pelo contrário), nenhuma reclamação de nenhuma junta de freguesia contrariamente a algumas situações anteriores.

Quanto à rua das Agradas. Está prevista a empreitada a ligação na A25, ligação na mão à A25. E também a ligação ao canal de São Roque. Portanto a empreitada que está em curso que decorre neste momento já é completa e abrange estas ligações.

E nós gostaríamos muito, vamos ver se é possível, nós primeiro pretendíamos isso, que na vinda da praia no próximo Verão quem reside na zona de Esgueira, na zona ali do Canal de São Roque, naquele espaço todo, já possa vir da praia e não vir sem congestionar mais e conflitar aqui com o trânsito na Ponte de Praça e já possa fazer o percurso e ir para a sua residência sem aqui criar esses problemas de mobilidade, criando também e respeitando uma zona tradicional da nossa cidade que é as Agradas, que tem sido esquecida e que agora poderá readquirir um papel importante.

Duas notas finais para duas questões colocadas no Período de Antes da Ordem do Dia às quais não houve resposta.

Em relação à Reforma Administrativa. O processo foi oficialmente aberto a 26 de Setembro, há três dias que ele foi apresentado e oficialmente aberto. Por aquilo que sabemos, a intenção é ver se até Junho de 2012 ele está concluído de forma a que saia legislação nessa altura para ter já consequências nas próximas eleições autárquicas.

Portanto aquilo que se pede agora da nossa parte é que a partir da análise, com a isenção do documento de trabalho, que haja naturalmente essa leitura, essa análise, para depois ser tomada uma posição.

Quanto à notícia aqui muito referida hoje (felizmente), de conceder prioridade à ligação Aveiro/Salamanca e ao centro da Europa, só duas notas muito simples.

A primeira é que é uma maravilha. Portanto já foi aqui reafirmado estamos todos felizes. É um processo nuclear, é estruturante para o nosso futuro — não só para Aveiro. E também foi aqui dito e muito bem não só para a Região como para o próprio País, também. Coloca Aveiro no centro económico do nosso país e num eixo prioritário de ligação à Europa.

Há no entanto ainda questões, muitas questões em aberto. Já aqui foram referidas nas diferentes Comunicações a do local, a estação, a dos terrenos, a localização, as datas certas que é necessário reconfirmar.

Pronto, isto não é o fim de um processo. Isto é o recomeço ou a continuação de um processo de forma a darmos e a continuarmos em alta velocidade ou a grande velocidade, mas com

velocidade e ver se nós conseguimos consolidar este projecto que é fundamental para Aveiro. E é a última nota que deixo é estarmos unidos em torno deste projecto, porque só a união é que faz a força. Está aqui um desafio, um desafio grande à nossa frente, mas este processo permite-nos olhar para o futuro ainda com uma maior confiança. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)¹⁰¹

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰²

“Eu começaria por abordar a questão da Portucel. Parece-me que se está a querer passar um pano branco sobre a questão. A desafecção dos terrenos na altura em que foi aprovada ela própria já não era tão transparente como isso, porque não nos foi apresentado nenhum projecto em concreto e falava numa nova fábrica, numa extensão ou num empreendimento. Ou seja, nem sequer sabem quais eram as áreas necessárias e no entanto desafectaram todos os terrenos da RAN a pedido da empresa. Não sabem qual é o projecto, qual a implantação, não sabem nada disso! Portanto sobre o rigor acho que estamos conversados.

Para acrescentar que, essa desafecção foi baseada numa alínea que era prevista para a desafecção para empreendimentos públicos. Quer dizer, com isto tudo errado desde o início e estar a dizer que vai ser tudo feito na maior das transparências, quer dizer é no mínimo gozar com esta Assembleia.

Ainda por cima sabendo através das notícias que o presidente da PORTUCEL José Honório, numa notícia em Setembro deste mês, portanto não está assim tão desactualizado, avança e diz que não vai avançar com o investimento em Cacia porque diz haver um défice estrutural de madeira, indícios de dois milhões de hectares abandonados e que isso se dá por uma excessiva repartição dos terrenos. Ora se é um défice estrutural é uma coisa que já sabia à partida. Não é uma coisa que apareceu de surpresa. Então avança-se com um projecto conhecendo o défice estrutural e que não há condições para fazer? Isto é: nós já desafectamos os terrenos com base nesse pressuposto? Quer dizer parece no mínimo incoerente. Podem afirmar que isso vai tudo correr na normalidade quando o processo desde o início não é normal?

Aproveitava também para fazer aqui um reparo, porque é muito engraçado. Eu reparei que o PS perguntou sobre o retorno económico na questão da altura da Volta a Portugal, e aquilo que o Vereador disse é que o retorno económico é excelente porque nós investimos e há a hotelaria!? Mas quê, a Câmara Municipal tem algum hotel? Não tem. Eu penso que a pergunta, não vou aqui interpretar, mas do meu ponto de vista o que me interessa é o retorno económico para a Câmara obviamente. Quando há défice na Moveaveiro já ninguém diz – “ah não, isto é muito bom, porque as pessoas não usam transporte privado e que muitas delas são de classe social menos abastadas, podem aceder aos transportes com valores acessíveis.” Mas quando é para fazer investimento público que gera receitas para a hotelaria, aí não há problema. Não, isto não é só ganhos. Do ponto de vista da Câmara é uma perda. A Câmara investiu para ter a Volta a Portugal e o retorno vai para a hotelaria, portanto é uma perda. Do ponto de vista da Câmara é défice não vale a pena dar a volta a isso.

Outra questão que eu queria pôr era em relação à Vereadora Nolasco. A minha preocupação não é se a Associação está sediada fisicamente ou não no canil. Os relatos dizem que existe um acesso exclusivo e que eles é que determinam o acesso. São relatos e se quiser desmentir pode responder à pergunta com mais precisão. E portanto nesse sentido aquilo que me parece é, se é a partir daqui para a frente, garantir o acesso do canil a mais associações. Parece-me que é óbvio. Quer dizer, não há nenhuma razão para a exclusividade daquela associação e também mais incrível ainda é saber (e eu aí não expus isso), é que há o relato da morte de um cão que poderia ter sido evitada — é relatado, acho que é ao domingo quando está fechado, que havendo outras associações disponíveis para ajudar este caso poderia ser evitado. Portanto é

esse tipo de perguntas. E eu nesse sentido até pedia que respondesse mesmo por escrito à pergunta porque está mais detalhada, mas de facto a preocupação são estas: as condições.”

Vogal Óscar Paulo (PS)¹⁰³

Vogal Carlos Picado (PS)¹⁰⁴

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰⁵

“Senhor Presidente, eu sei que já estou próximo de exceder o meu tempo e estava aqui já numa fase de fechar os livros, mas houve aqui da intervenção do Senhor Vereador Pedro Ferreira, houve algumas afirmações que me causaram aqui alguma irritação dérmica, que eu não podia deixar de reagir.

E de reagir no sentido de rejeitar veementemente (e neste caso por oposição) uma ideologia aparentemente vigente e que eu tenho ouvido já repetida pelo Senhor Presidente da Câmara várias vezes, e como um bom tutor (aparentemente), transmitiu-a ao senhor vereador da Educação, que é a ideologia de que sempre que existe uma área estratégica no município, em que há evidentes dificuldades em gerir, nós somos a favor da autonomia das instituições.

Já foi assim na Acção Social, no Desenvolvimento Económico vê-se isso claramente, agora na Educação é declarada! É evidente senhor vereador que nós sabemos e felizmente que em Aveiro tem instituições muito bem geridas e com pessoas de alta qualidade, empresas, escolas, IPSS`s e o município vai-se desenvolvendo. Agora o resultado desta ideologia é, algumas concessões que nós já temos, privatizar, concessionar, etc.. E sobretudo, uma desresponsabilização nestas matérias. Aliás, a ambição e a forma como o Senhor Vereador encara o início do ano lectivo, não sou totalmente a favor, e conheço bem a qualidade dos Agrupamentos e das pessoas que os integram. Mas essa ambição e essa ideologia é transmitida também na forma como o Senhor Vereador encarou o ano lectivo.

Houve coisas que correram mal, admitiu-as. Mas vão continuar a correr. Portanto a gente não fará nada, não concebemos que no próximo ano lectivo haja um arranque do ano lectivo sem problemas. Portanto, isto ficou claro e espelhado na sua intervenção a ambição e a forma como encara esta questão da Educação e, portanto, o apelo que eu faço é para que faça uma gestão capaz e não se demita das suas responsabilidades.

O município é uma peça fundamental na reforma da Educação que se tem feito por vários governos, em que o Senhor tem participado, o seu partido também participou, delegou competências nos municípios. Se o município se demite dessa forma, dessas suas responsabilidades, a Educação no Concelho fica coxa e nós já sofremos várias consequências dessa demissão e dessa ideologia. Portanto, é mais uma vez para repetir a veemente oposição a essa ideologia que o Senhor Vereador acabou de nos relatar. Disse.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Serei breve. Para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que sabe bem que não respondeu àquilo que eu disse.

E que aquilo que aconteceu não foi aquilo que o Senhor Presidente relatou. Portanto não houve nenhuma votação. Não houve nenhum acordo entre os 14 Presidentes de Junta. E o sinal relativamente a isto é o Senhor Vice-presidente da Câmara e o Senhor Presidente deve andar a ralar-se pouco com os Presidentes de Junta, porque ainda há dois dias, coincidentemente estávamos juntos numa reunião, e um dos 14 Presidentes de Junta disse exactamente o contrário daquilo que o Senhor Presidente nos disse. Informou que não foi tido nem achado. Não concordou com a sua solução e acha que aquilo não é uma boa solução. Portanto, o Senhor Vice-presidente estava lá e não estou a dizer nada que não tenha ouvido, portanto pode confirmar com ele — isso é a primeira questão. E portanto, aquilo que lhe relatam que aconteceu não aconteceu (ouvem-se vozes).

O Senhor Presidente pode ter essa informação e diz aquilo que sabe, acredito. Mas informe-se melhor porque de facto não foi isso que aconteceu. Os 14 Presidentes de Junta não concordam com esta solução — os catorze não concordam. Pronto, não é uma ‘função’ consensual, e não houve votação sobre isto. Pronto, foi uma coisa informal, etc., mas não houve nada disso. Foi quase ao sair de um jantar e não vale a pena falarmos mais sobre isso — e o Senhor Presidente sabe bem como é que as coisas se fazem.

Relativamente à resposta do Senhor Vereador Pedro Ferreira — que é espantosa, quando usa termos como: -“Nós só vamos gastar quatro milhões em vinte e seis milhões de obra.”

É impressionante como é que um Vereador das finanças diz quatro milhões, são apenas quatro milhões. Quando é puro aqui e notório a situação que se vive em muitos sectores dentro dos Departamentos da Câmara, e quando não há dinheiro para as necessidades básicas, como não há dinheiro para nada. Quando os clubes, as associações, etc., andam de mãos estendidas relativamente à situação financeira. Quando as delegações de competências das Juntas de Freguesia foram reduzidas para 50% e há Juntas de Freguesia que neste mandato (não é este ano), é neste mandato, ainda não receberam um tostão. É verdade! Há Juntas de Freguesia que desde o ano passado, ano financeiro anterior, não receberam um tostão.

E portanto, quando vossas excelências têm este comportamento e depois dizem que são apenas quatro milhões! Há-de haver muita gente surpreendida com essa sua exclamação dos quatro milhões. Fornecedores desde logo que não recebem dinheiro (ouvem-se vozes). Olhe, pó de cinza que é necessário, ouvi da parte de um colega seu de vereação, pó de cinza que não existe; um parque de máquinas obsoleto (o Senhor Vereador Carlos Santos pode explicar-vos), um parque de máquinas obsoleto. E para tudo isto não há dinheiro, mas são só quatro milhões que vamos gastar em obras — ainda por cima em duas pontes. Muito obrigado.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)¹⁰⁷

Vogal António Salavessa (PCP)¹⁰⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰⁹

“Só para referir que em Setembro de 2010 ou seja há um ano, a Câmara Municipal de Aveiro referia através da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, referia através da Comunicação, que as dívidas a terceiros de médio a longo prazo eram de 152 milhões de euros. Neste momento são de 109 milhões.

As dívidas a terceiros de curto prazo eram de 17,9 milhões e agora são de 44 milhões. Ou seja, no total, aquilo que era reportado pela Câmara Municipal de Aveiro como sendo de Passivo era de 170 milhões há um ano e agora é de 154 milhões.

Ou seja, dá aqui uma diferença de 16 milhões de euros de diferença desde há um ano. Ou seja, 16 milhões de euros em 12 meses. São estes os números. Porque eu de todas as Comunicações do Senhor Presidente da Câmara eu tiro os valores e faço um gráfico. Por isso já faço isto há oito anos. Muito obrigado.”

De seguida, não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa¹¹⁰ deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 06 de Outubro (5.ª feira) pelas 20:00 horas, na sede da Assembleia Municipal, em Aveiro.

Eram 02:30 horas do dia 30 de Setembro de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(6:00)